

Anais da Assembléia

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 7 DE AGOSTO DE 1972

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSARIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATTI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVERIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO ESCORSIN	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOAO FADEL	ARENA
JOAO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LAZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURICIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRUGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIAO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDAO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.
2.º SECRETÁRIO — Quielse Crisóstomo.
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

COMISSÕES PERMANENTES

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho
2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB)
1.º Secretário — Ivo Tomazoni
2.º Secretário — Quielse Crisóstomo da Silva
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)
4.º Secretário — Rosário Pitelli

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

Presidente — Armando Queiroz
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silvério; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

Secretário — Rita Celestino Soares

Reuniões — Quartas-feiras.

SUPLENTE

Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel; Sebastião Rodrigues (MDB).

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

Presidente — Fuad Nacli
Vice-Presidente — Antonio Belinatti
David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.

Secretário — Terézinha Barbosa Moura e Claro

Reuniões — Terças-feiras.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

Presidente — Jorge Sato
Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.
SUPLENTE

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.
SUPLENTE

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.
SUPLENTE

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

Presidente — Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agildes de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélis Guimarães Sotto Maior.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).

2.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura
Ata da 104.^a Sessão (Extraordinária)
Realizada em 7 de Agosto de 1.972 - (Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Emílio Carazzai, secretariada pelos Srs. Deputados Leopoldo Jacomet e Basílio Zanusso.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Quielse Crisóstomo, Alvaro Dias, Armando Queiroz, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Igo Losso, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomet, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruct, Muggiati Filho, Odilon Reinhardt, Paulo Camargo, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima e Xenofonte Villanueva (31); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Ivo Tomazoni, Domício Scaramella, Rosário Pitelli, Aguinaldo Pereira Lima, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Arthur de Souza, David Federmann, Hélio Manfrinato, João Fadel, Nivaldo Krüger, Ovídio Franzoni, Paulo Poli e Wilson Brandão (16).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA** destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — Não há Ata a ser lida.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 31 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nr. 123/72. Veto aposto ao Projeto de Lei nr. 158/71, de autoria do Sr. Deputado Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo elevar para Cr\$ 178,00 (cento e setenta e oito cruzeiros), a pensão mensal concedida pela Lei nr. 168/71, de 11-9-61, a Rosa Dias Teixeira, filha de ex-Deputado Estadual. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, desejamos que conste dos Anais da Casa o nosso voto contrário ao Veto, que se estriba na inconstitucionalidade do Projeto de Lei, por se tratar de Lei que autoriza o Poder Executivo a fazer despesas; como a Comissão de Constituição e Justiça e esta Casa tem entendido que as Leis autorizatórias — simplesmente autorizatórias — não são inconstitucionais, o nosso voto fica expresso: — CONTRA o Veto, FAVORÁVEL ao Projeto.

O SR. PRESIDENTE — Evidentemente, as palavras de V. Exa. serão consignadas em Ata.

Continua a Votação. — Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã dia 8, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nr. 119/72.

Levanta-se a Sessão.

2.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura
Ata da 105.^a Sessão Ordinária
Realizada em 7 de Agosto de 1.972 - (Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Wilson Fortes, secretariada pelos Srs. Deputados Borsari Neto e Quielse Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Quielse Crisóstomo, Alvaro Dias, Armando Queiroz, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Igo Losso, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomet, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Maurício Fruct, Muggiati Filho, Odilon Reinhardt, Paulo Camargo, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima e Xenofonte Villanueva (31); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Ivo Tomazoni, Domício Scaramella, Rosário Pitelli, Aguinaldo Pereira Lima, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Arthur de Souza, David Federmann, Hélio Manfrinato, João Fadel, Nivaldo Krüger, Ovídio Franzoni, Paulo Poli e Wilson Brandão (16).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o Plenário desta Casa, regime de urgência ao Projeto de Lei nr. 192/71.

Sala das Sessões, em 7 de agosto de 1972.

(a) Quielse Crisóstomo da Silva

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o Plenário, seja consignado em Ata um voto de profundo pesar pelo falecimento da senhora Maria Fatuch, ocorrido dia 6 do corrente, nesta Capital.

A extinta era casada com o senhor Rachid Pacifico Fatuch e deixa os seguintes filhos: André Fatuch, casado com a senhora Leila Oliveira Fatuch; Zita, casada com o Doutor Potiguara Leal; Odete Fatuch Santos, viúva do saudoso Doutor Wilson Jofre Santos; Cmar, casado com a senhora Marly de Souza Fatuch; e Ana Ruth, viúva do saudoso Doutor Ozir Fatuch.

Requer, outrossim, que após a aprovação do presente requerimento, para o qual conta com o indispensável apoio dos Nobres Pares, seja dada ciência do presente à família enlutada que reside à Rua Emano Pereira, 310, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 7 de agosto de 1972.

(a) Fuad Nacli

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, após ouvido o Plenário:

Requer seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de registro pelo transcurso do 69.º aniversário de organização eclesial da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil, ocorrido no dia 31 do mês findo.

Ninguém desconhece o grande e relevante trabalho prestado por esta comunidade no soerguimento espiritual da sociedade brasileira.

Além de contar com centenas de templos e núcleos onde o evangelho é pregado, a Igreja é mantenedora de inúmeros estabelecimentos educacionais e assistenciais que espalham por todos os rincões nacionais a boa semente da compreensão fraternal entre os homens, com o seu devido preparo e atendimento.

Dai, ser auspicioso o fato que deve merecer o conveniente destaque.

Assim, aprovada a presente proposição, dê-se ciência da decisão desta Assembleia Legislativa ao Rev. José Ferreira Filho, através da caixa postal 3253 nesta Capital, para que o mesmo transmita esta às demais Igrejas.

Requero ainda seja oficiada ao órgão oficial da Igreja no Brasil, "O Estandarte".

Sala das Sessões, em 7 de agosto de 1972.

(a) Igo Losso

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após ouvido o Plenário, um voto de aplauso à programação da TV Iguaçu, Canal 4, desta Capital, denominada "Jornal da Cidade", pelo transcurso do seu 1.º aniversário.

Programa de utilidade pública, o "Jornal da Cidade" vem se constituindo no barômetro da opinião pública curitibana, criticando as necessidades da Capital e elogiando aquilo que de bom se fez pela Cidade-Sorriso.

Através de seu apresentador, Sale Wolokita, esta programação vem se constituindo líder de audiência, no horário das 19 horas, entre as emissoras de TV de nossa Capital.

Sala das Sessões, em 7 de agosto de 1972.

(a) Maurício Fruct

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa que, após ouvido o Plenário, seja realizada uma Sessão Solene desta Casa no dia 17 do corrente mês, em comemoração à instalação dos Cursos Jurídicos em nosso País, homenageando-se desta forma a classe dos Advogados.

Sala das Sessões, em 7 de agosto de 1972.

(a) Cândido Martins de Oliveira

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério, primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. ERONDY SILVERIO — Sr. Presidente, nobres Deputados.

Por um dever de consciência, devo vir a esta Tribuna fazer um reparo a meu voto ao voto contrário à Mensagem do Governo, que concedia abono ao funcionalismo público, de 12%. Naquela oportunidade que se faziam as críticas ao Governador Parigot de Souza, algumas até contundentes, porque, sinceramente, não acreditei em S. Exa. E o meu temperamento, é minha maneira de pensar e não acreditava porque nós vínhamos no Paraná de um triste exemplo do Governador que o antecedeu. Não acreditava porquanto achava que o aumento concedido não representava o mínimo de necessidades a que tem direito o funcionalismo público, em consonância com o que foi concedido ao funcionalismo da União e ao próprio funcionalismo de Curitiba. Mas, felizmente, isto digo com satisfação e até com orgulho o Sr. Parigot de Souza é um homem sério, decente, que cumpriu com sua promessa e enviou a esta Casa Mensagem substituindo o abono por aumento de 20%, este sim, incidindo sobre todas as vantagens de que goza o funcionalismo. Agora, parece-nos que se fez justiça à classe do funcionalismo público, porisso, não poderíamos, por dever de consciência e de bom paranaense, deixar de vir a esta Tribuna, lamentar a opinião que tomei a respeito do Sr. Governador Parigot de Souza com relação à Mensagem do abono ao funcionalismo e congratular-me com S. Exa. por ter, realmente, à frente do Executivo Paranaense um homem que sobretudo é honesto, e quando um homem é honesto, os erros que por ventura cometa devem ser levados à conta de enganos administrativos. Portanto, acho que a primeira qualidade num homem público é a honestidade, o caráter. Toda a Casa conhece a minha posição política. Estou sempre com o povo, com absoluta independência. Não só quanto ao Sr. Governador mas também quanto ao Governo Federal, mas é um dever que se impõe aos representantes do povo vir à Tribuna reconhecer quando se cometeu um juízo errôneo a um Governo e na questão com relação ao funcionalismo, eu me enganei com relação ao Sr. Parigot de Souza. Todavia, não quero deixar passar esta oportunidade magnífica, com a presença do nobre Líder da ARENA, Deputado João Mansur, para endereçar através do eminente Líder, um apelo ao Sr. Governador que se ele cumpriu sua palavra com o envio da Mensagem, parece que há uma ligeira distorção quanto ao prazo de vigência, porque se S. Exa. prometeu que a partir de agosto seria reajustada a Mensagem e a partir de outubro, dar ao funcionalismo apenas 17% porque o tempo está trabalhando contra o funcionalismo e o tempo é importante num País que, apesar dos esforços esgotáveis do Ministro da Fazenda, de todos os Ministros, do próprio Presidente Médico, é um País que ainda luta com o fantasma da inflação. Todos sabem que esta corroí a economia dos brasileiros, portanto luta contra o funcionalismo e parece que 60 dias parece pouco, que nada representa mas no cômputo geral não só 17% de aumento e não 20%. Portanto, estamos impedidos de apresentar

Emenda em Mensagem eminentemente financeira, nós sabemos que tudo o que diz respeito ao funcionalismo é de competência exclusiva do Governador. Portanto, não adianta dizer "bom dia" ao funcionalismo e saber que o aumento é a partir de outubro, é demagogia barata, mas nosso apelo não tem sentido eleitoral, mas profundamente humano, é no sentido de que o nobre Líder seja portador de um apelo, em nome de toda a Casa a um Governo que demonstre caráter, segurança e integridade, para que antecipe a vigência do aumento pelo menos para 1.º de setembro, o que virá corrigir em parte a distorção verificada com a Mensagem Governamental. Era só. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Maurício Fruet

O SR. MAURÍCIO FRUET — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

(Lendo) "Infelizmente, o aumento proposto ao funcionalismo público estadual, está longe de corresponder às efetivas necessidades da classe.

É claro e evidente que S. Exa. o Sr. Governador do Estado enviou esta Mensagem à Assembleia Legislativa, dentro daquilo que determina a política econômica do Governo Federal. Porém, dentro deste mesmo trabalho, e deste mesmo espírito, esta Mensagem vai e já veio provocar sérias distorções entre o funcionalismo do nosso Estado com relação aos vencimentos pagos ao funcionalismo da União. Tivemos o cuidado de realizar um trabalho estatístico, correlacionando os aumentos concedidos ao funcionalismo público federal e estadual, e o quadro que se apresenta é o seguinte:

ALTERAÇÕES DE VENCIMENTOS

ANO DE 1969	func. federal	func. estadual	diff.
1.º de fevereiro de 1970	100	100	—
1.º de novembro de 1970	(20%) 120	100	20%
1.º de fevereiro de 1971	(20%) 144	(ab. 20%) 120	—
1.º de maio de 1971	144	120	24%
1.º de agosto de 1971	144	(inc. 20%) 120	24%
1.º de fevereiro de 1972	(20%) 172,8	(10%) 132	12%
		132	40,8

Esta diferença é maior ainda em consideração do abono provisório não incidir sobre as vantagens.

Era o reparo que eu pretendia fazer em torno do assunto, elogiando por outro lado a atitude de S. Exa. o Sr. Governador do Estado, que no segundo semestre, enviou a esta Casa, a Mensagem.

Porém, finalizando, fico com o Deputado Erondy Silvério, e novamente, formulo um apelo ao Sr. Chefe do Executivo por intermédio do Líder da ARENA nesta Casa, Deputado João Mansur, para que este aumento venha de encontro às necessidades do nosso funcionalismo, porque como está, infelizmente, não irá corrigir as distorções e os anseios da classe do funcionalismo.

Mas que pelo menos se atenuem um pouco esta distorção para atenuar um pouco esta injustiça, que S. Exa. o Sr. Chefe do Executivo se digne alterar a data de vigência do aumento, ao invés de outubro para 1.º de agosto do corrente ano. Apelo que em nosso nome pessoal, endereçamos também a S. Exa. o Sr. Líder do Governo nesta Casa". Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado João Mansur.

O SR. JOÃO MANSUR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, quero dizer aos Deputados Erondy Silvério e Maurício Fruet que levarei a S. Exa. o Sr. Governador, o apelo que ambos acabam de fazer, com relação à proposta de aumento de vencimentos do funcionalismo público do Paraná.

Realmente a Mensagem Governamental tem a sua vigência a partir de 1.º de outubro; não sei quais as razões que a Comissão encarregada desse estudo levou ao Sr. Governador; o seu entendimento no sentido de que este aumento passasse a vigorar a partir de 1.º de outubro do corrente ano. Mas assumo o compromisso com os Srs. Deputados e com esta Casa de que levarei ao Sr. Governador do Estado este apelo que também é nosso, pois sabemos e estamos sensíveis aos problemas do funcionalismo público do Paraná e acreditamos que S. Exa. o Sr. Governador do Estado, sensível como é a esses problemas, e disso tem dado mostras, acreditamos que S. Exa. poderá resolver este assunto em benefício da classe laboriosa do funcionalismo público do Paraná.

Mas Sr. Presidente, outro assunto que me traz à Tribuna: deveria no dia 12 do corrente mês realizar-se na cidade de Prudentópolis, festejos comemorativos ao 66.º aniversário da autonomia daquele Município. E grandes festas estavam programadas para comemorar este grande dia da independência de Prudentópolis. E, infelizmente, neste instante, nós estamos recebendo um telegrama do Sr. Prefeito Municipal daquela cidade, vasado nos seguintes termos: (le) "Deputado João Mansur, motivo falecimento Aglaír Agibert Klüppel, esposa Presidente Câmara Municipal de Prudentópolis, pessoa muito estimada, suspendemos festividades Município dia 12 de agosto; solicitamos especial gentileza suspender Banda Policia Militar, comunicando cutrossim também a S. Exa. o Sr. Governador do Estado. Cordialmente Gilberto Agibert, Prefeito Municipal de Prudentópolis".

Em razão disso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos encaminhando um Requerimento para a apreciação desta Casa. (le);

"Sr. Presidente: o Deputado que este subscreve, rio uso de suas atribuições regimentais REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora AGLAIR AGIBERT KLÜPPEL, esposa do Senhor JULIO A. MELLO KLÜPPEL, Presidente da Câmara Municipal de Prudentópolis.

Requer, ainda, que da decisão desta Casa, dê-se conhecimento à família enlutada e ao Prefeito Municipal daquele Município, Senhor Gilberto Agibert.

Sala das Sessões, em 7 de agosto de 1972. (a) Deputado João Mansur, Líder do Governo e Arena".

Obrigado, sr. Presidente. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Cândido Manoel Martins de Oliveira, primeiro orador inscrito no Grande Expediente.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Comemora-se no próximo dia 11 o aniversário da instalação dos Cursos Jurídicos em nosso País, ocasião em que é celebrado também o dia do Advogado.

Não poderia assim haver melhor oportunidade, para que tecéssemos algu-

mas considerações em torno da função do advogado no mundo moderno.

Desconhece-se a importância do advogado em qualquer País, constitua-se, na verdade, em uma profunda ingratidão, tal é a sua contribuição na formação das instituições e na distribuição da Justiça.

O advogado existe desde os mais remotos tempos, desde que se cogitou da magistratura e da justiça. A missão do advogado é das mais nobres. Exige competência, dignidade, honradez e bravura moral da parte de quem se propõe a desempenhá-la. Infelizmente esta profissão, sobretudo em alguns países, nos dias em que vivemos, não tem sido bem entendida e bem compreendida. E são comuns as injustiças que se cometem contra os homens que dedicam a sua vida ao culto do Direito e à defesa daqueles que necessitam da sua contribuição para verem reconhecido o seu próprio direito.

O anel que os advogados ostentam no dedo, representa anos e anos de estudos. Ignoram as noites de vigília e de meditação, os sacrifícios, as dificuldades sem conta que tiveram que vencer para conquistar o seu diploma, ao alcance, aliás, de quantos tenham igual despreendimento e força de vontade.

A injustiça que desde tempos imemoriais se pratica contra os advogados, desdobra-se, em verdade, em duas injustiças principais. A primeira consiste em estabelecer um confronto absolutamente descabido e incomportável entre os resultados materiais das demais profissões e os de ordem eminentemente moral da advocacia. Neste cotejo injusto, porque não se pode comparar coisas completamente heterogêneas, passa a manifestar-se a primazia das atividades cujos resultados ostentam-se à vista de todos.

Uma cidade que se constrói na selva, uma represa que arrazena bilhões de metros cúbicos de água, estradas de ferro ou de rodagem perfurando montanhas, rasgando distâncias imensas com seu traçado ousado, um navio, um avião super sônico, um simples automóvel, são coisas que todos vêem, que falam por si mesmas, permanentemente, da inteligência e da competência de seus idealizadores e realizadores. Grangeiam eles assim, muito merecidamente, aos olhos do povo, a importância e a admiração que não pode rivalizar com a que desfruta um bacharel que, a não ser excepcionalmente em sessões mais tempestuosas de um conclave internacional ou de um júri de sentença, apresenta resultados e pareceres dos quais tomam conhecimento direto meia dúzia de interessados.

Beneficiando-se das vantagens das normas legais como indivíduo hígido que dá valor à saúde depois que a perde, não conjectura o público que é apenas graças à assistência modesta e abnegada do bacharel em ciências jurídicas que se podem desenvolver, através de contratos de trabalho, de compra e venda, de troca, de empreitadas, as obras do engenheiro, as do médico, as do comerciante, as do industrial que à sombra protetora do Direito.

Depois da advocacia quais as atividades humanas que encontram uma manifestação mais livre, digna, eficiente e correta? Mas essa é apenas a primeira injustiça.

A segunda consiste em não levar em conta os meios, os instrumentos, os recursos de que dispõe cada profissão que desenvolve suas atividades no âmbito material. Foi jamais inventado algum aparelho que espetograme os sentimentos humanos, algum apetrecho que torne fluorescente e visível a verdadeira feição da alma, que revele os pensamentos recônditos, já não digo do juiz, do promotor, do ex-advogado, mas do próprio cliente, para dizer, com segurança, se é sincero ou mentiroso; dissimulado ou veraz; louco ou assassino; falso ou mentiroso; mistificador ou visionário; fraco ou malicioso, para patentear se são fundamentadas ou não aquelas afirmações; se crê, realmente, na situação que apresenta. E ainda que se admita evidente ou irraginário, não ocorre todos os dias o fenômeno pirandelliano de duas pessoas em situação antagonista e, no entanto, absolutamente sinceras, absolutamente honestas, absolutamente convictas de que a razão e a verdade estão ao lado de cada uma delas. Empenhando-se numa luta limpa, sem armas e sem apetrechos se defronta, o advogado com adversário dissimulado e solerte, e se desencadeia, a cada passo, todas as forças, todos os ressentimentos, todos os antagonismos, todas as resistências de opositores por vezes tão poderosos quanto destituídos de escrúpulos.

Como é frequente o espetáculo de um advogado em contenda na defesa dos interesses de uma viúva, ou de um menor, contra grandes empresas; contra sindicatos; contra o próprio Governo, que ele enfrenta tendo por armas a queixada de sua convicção, de sua sinceridade, do seu direito, e por escudo um papel de um requerimento pequenino, porém sublime, mais valioso do que Sansão porque que bravejava em defesa de sua vida, ao passo que o advogado pelega em defesa unicamente dos interesses alheios. Por isso, a independência é o traço marcante de sua personalidade.

"Nós advogados, encareceu Henrique Castrioti, não somos por hábito cortejadores do poder, muito ao contrário, nossa profissão comumente está nos levando a contrariar com a ação governamental. Os governos demitem e nós, perante os Tribunais, reintegramos; os governos preterem e nós, perante a Justiça, fazemos reparar as injustiças sofridas; os governos, muitas vezes, conspurcam a liberdade, e nós estamos sempre prontos a defendê-la". Não há, portanto, como pretender diminuir, ou disfarçar, a importância do advogado no mundo e no Brasil.

O professor e Juiz de Direito, Antônio Chaves, ao paraninfar uma turma de bacharéis na Faculdade de Direito de Santos, assim terminava o seu pronunciamento: "Ora, meus Senhores, como nós os advogados, queiram ou não queiram, os que nos destrutam, não há como dispensar os nossos serviços. Nenhuma sociedade jurídica organizada, o que vale dizer, nenhuma sociedade de civilização real, caminha sem nós. Somos os guias obrigatórios de quem quer que procure orientação no sentido da paz, da Justiça e da fraternidade.

O exercício dessa profissão outra coisa não visa senão fazer triunfar o direito, a verdade e a justiça. Afirma um dos mais destacados historiadores que o Brasil é uma das raras Nações que se pode orgulhar de ter tido nos últimos três séculos, e em cada um deles três figuras de maravilhosa capacidade intelectual, três figuras de exemplares advogados que honram, não somente a sua profissão, mas a própria terra em que nasceram.

Trata-se de Alexandre de Gusmão, no século XVII, José Bonifácio de Andrade e Silva no século XIX e Rui Barbosa no século XX.

Alexandre de Gusmão foi o advogado da maior das causas jamais defendidas no mundo inteiro, uma vez que, pelo fundamento "utis possidetis de facto" no Tratado de Madrid, em 1750, incorporou ao patrimônio nacional a triplicação da área brasileira do Tratado de Tordesilhas, conquistada pelos bandeirantes, pelos missionários e pelos criadores de gado. Terá existido em qualquer país do mundo, outro advogado vencedor de uma causa de valor correspondente a mais de cinco milhões de quilômetros quadrados de terras? Haverá mesmo algum general que sem tropa, sem armas e sem derramar uma gota de sangue tenha incorporado ao patrimônio de seu país tão vasto território?

Coube a um segundo advogado José Bonifácio de Andrade e Silva a tarefa de unificar definitivamente a colcha de retalhos de opiniões divididas, politicamente dilaceravam a nacionalidade brasileira antes da independência deste país. Foi ele sem dúvida um dos principais responsáveis pela nossa independência.

Rui Barbosa, desnecessário frisar, é o paradigma, o padrão, o modelo do bacharel de direito. No dizer de Júlio de Mesquita foi em todo mundo uma sublimada primazia na sua profissão de advogado. Até nas lutas políticas ele não fez outra coisa senão advogar.

Esses três vultos exponenciais são apenas o ponto culminante de um conjunto imenso entre Presidentes e Magistrados, Ministros e Professores, Governadores e Diplomatas, Parlamentares e Jornalistas, Conselheiros e Assessores.

A atuação dos advogados nos acontecimentos históricos e políticos do País, sempre foi a de maior destaque.

Nenhuma profissão, como a do advogado, está tão ligada ao problema existencial do homem, como afirma o professor Miguel Reale. Se o direito não é tudo, é todavia condição primordial para que na comunidade dos homens, surjam e se desenvolvam as atividades mais diversas, a começar pela revelação de cada homem enquanto homem, segundo as suas vocações naturais, protegidas pelo escudo das liberdades políticas e civis.

A II Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, realizada em São Paulo, reconheceu que o mundo contemporâneo exige cada vez mais a contribuição dos advogados para a solução dos problemas nas organizações de atividades científicas e econômicas. Enfim, que o Estado ou as empresas privadas, ao providenciarem meios materiais indispensáveis a pesquisa científica, não comprometam as liberdades fundamentais do homem.

A essência da missão do advogado é proteger os direitos fundamentais humanos e realizar a justiça social.

A Ordem dos Advogados do Paraná e o Instituto dos Advogados do Paraná, em comemoração a Semana do Advogado, patrocinam atualmente ciclo de conferências, a partir desta semana.

Manifestamos o nosso júbilo pela iniciativa, cuja promoção merece todo o apoio.

Desejamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que esta Assembléia Legislativa, que tem a obrigação primordial de votar as leis e criar o direito, associasse a sua voz e a sua satisfação pela comemoração, no próximo dia 11, de mais um aniversário da instalação dos Cursos Jurídicos no Brasil através da realização, neste Poder, de uma Sessão Solene destinada a homenagear a nobre classe dos advogados que hoje, mais do que nunca, luta neste País para que os direitos fundamentais da pessoa humana sejam respeitados, antepondo a força à força do próprio direito. São célebres as suas causas defendidas por advogados de nomeada nacional que, às vezes, colocando em risco sua própria liberdade individual tem ido aos tribunais de direito e de exceção à busca do princípio do direito e à busca da justiça.

O sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Resumidamente minhas excusas por apartá-lo, todavia gostaria de, neste belo pronunciamento que está fazendo, dar meu respaldo intelectual a todo o conteúdo do texto que V. Exa. acaba de fazer da tribuna.

Realmente, ainda não está bem analisada a figura do Bacharel e a função altamente positiva que desempenha na formação da sociedade brasileira. Hoje, objeto de certo desdém por parte dos tecnocratas e por parte dos pretensos técnicos que pretendem substituir as leis pelas equações, nada mais necessário que firmar uma posição com relação à importância do advogado no contexto brasileiro principalmente nos dias mais ou menos tumultuosos que a Nação está vivendo.

Assim, nobre Deputados, é de ressaltar que foi o Bacharel o único intelectual a criar a estrutura institucional no País. Veja V. Exa. que num País colonizado, num País com mil e um problemas coube, exatamente, ao Bacharel criar o arcabouço deste País. O Bacharel, lembrando a frase de Miguel Reale, foi o pau para toda a obra para a nossa Nação. Basta percorrer os Ministérios da Primeira República para perceber que quase todos eles, inclusive os técnicos, eram ocupados por Bachareis; quase todos os nossos Presidentes foram Bachareis; quase todos os nossos Ministros foram Bachareis; enfim o Brasil deve muito ao Bacharel, e, no entanto, não se tem feito a devida justiça a ele. Esta é a razão pela qual considero importante, necessária e de excelente inspiração a Proposição que V. Exa. vai fazer neste Plenário, para que se faça uma Sessão Solene para comemorarmos o Dia da Instalação dos Cursos Jurídicos no Brasil.

De minha parte desde já quero manifestar meu inteiro apoio, como de resto o fará toda a Assembléia Legislativa.

Para finalizar, é necessário que alguém ou algum de nós ressalte esta missão positiva, de Bacharel de Advogado, porque, no momento em que poderíamos estar em jogo as liberdades fundamentais do Homem, é quem se põe à frente para defendê-lo, com coragem, com denodo, razão pela qual, queira aceitar meus parabéns e mais uma vez eu fico gratificado por saber que V. Exa. não falhou na missão que lhe foi investida pelo mandato popular.

Muito grato.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Agradeço o seu aparte eminente deputado Luiz Roberto Soares, de apoio ao despretencioso pronunciamento que dizemos nesta tarde, da Tribuna desta Assembléia.

O seu ponto de vista com relação à importância do Bacharel em Direito na sociedade em que vivemos, e na História deste País, em gênero, número e caso, concorda com aquilo que estamos afirmando e partindo de V. Exa. independente, estudioso e ativo como se tem demonstrado nesta Casa, é um subsídio dos mais valiosos, a um pronunciamento descolorido que deseja, tão somente, trazer à baila a discussão de uma profissão no instante em que ela vem sendo olhada, sobretudo pelos chamados técnicos de uma maneira não muito primorosa para aqueles que vem exercendo a neste País.

Estou vindo a cada passo, Sr. Presidente, srs. Deputados, as injustiças que se tentam cometer contra a classe dos Advogados quer no Serviço Público dando-se uma primazia descabida até em termos de vencimentos àqueles que são intitulados os técnicos em detrimento dos Advogados, esquecendo-se, na maioria das vezes os defensores do Poder Público que, se não existir dentro das repartições públicas o Bacharel para interpretar a Lei, o Bacharel para fazer o contrato, o Bacharel para defender o próprio Estado às vezes em confronto com interesses individuais, muito perderá o Governo e nada poderá ser concretizado.

O Sr. Muggiatti Filho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre deputado Candido Martins de Oliveira, como integrante da Banca da minoritária nesta Casa, permita que venha consignar o nosso apreço e a nossa admiração pelo pronunciamento de V. Exa., nesta tarde, que reputamos de alta valia para os dias atuais porque passa o nosso País e, se bem que o discurso de V. Exa. seja por assim dizer, intocável, gostaríamos de realçar dentro da conjuntura que liga Poder Legislativo ao Advogado, a situação não muito cômoda em matéria de legislação por que vive o nosso País, repleto de leis que estão se acumulando inclusive conflitando entre si, justamente porque, no seu nascedouro, na maior parte das vezes essas leis vêm sem aquela purificação pela qual deveriam passar e se restringem principalmente a metas elogiáveis na maior parte delas do governo mas que contudo, pela falta e pela ausência neste caso de uma melhor técnica jurídica que só seria propiciada pelo exame acurado dos bachareis, estão transformando os nossos pretórios em verdadeiros palcos de discussões, de conflitos de leis.

Surge, então, um outro aspecto que reputamos também de grande valia no exercício desta função de advogado que V. Exa. muito bem enalteceu na interpretação dessas leis. Então, quer me pareça ilustre Deputado Candido Martins, que nós encontramos hoje numa posição completamente antagônica a que se encontrava o Brasil algumas décadas, de anos atrás, quando havia o excesso de bacharelismo no País, que como temos a tendência para a polarização, esse excesso é hoje contra o bacharel e está criando realmente uma grave injustiça contra a cultura jurídica do País. Parece-me que este problema não é só do País. Transcendeu as nossas fronteiras e uma das últimas apologias que li e que V. Exa. melhor que eu deve ter conhecimento, — do advogado, no manuscrito — aliás num escrito de pequenas proporções, mas de grande conteúdo do atual Papa Paulo VI, justamente se denomina "apologia do advogado". De modo que V. Exa. veio prestar a cultura jurídica do País nesta tarde, uma colaboração inestimável, a qual nós, o Movimento Democrático Brasileiro, temos a honra e pedimos permissão a V. Exa. para nos associar e outorgar a V. Exa. o nosso inteiro apoio à sugestão emitida com que V. Exa. conclui o acerto deste discurso. Realmente, a classe dos advogados, na sua magna data, merece essa comemoração que é objeto da proposição altamente valiosa de V. Exa. A V. Exa. as nossas congratulações. Muito obrigado.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Agradeço, Sr. Deputado Muggiatti Filho, o substancial aparte com que V. Exa. enriqueceu, ao lado do Deputado Luiz Roberto Nogueira Soares, este nosso pronunciamento que não tem outro objetivo, se não o de tentar palidamente, prestar uma homenagem aos homens que como entendemos e entende V. Exa, tem a responsabilidade monumental perante a História, de defender o direito, mesmo quando este direito não vem à luz dos povos através dos caminhos mais legítimos de encontrar dentro das leis, mesmo quando estas leis não vêm a público purificadas, como disse V. Exa., pelo crivo dos técnicos em Direito e da ciência jurídica, mesmo assim, os bachareis, cumprindo a sua missão histórica, tentam lutando tentam colocando em risco a sua própria pessoa, fazendo com que as injustiças sejam minoradas, com que o Direito seja aplicado da melhor forma possível.

E é por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que encaminhamos este requerimento à mesa que V. Exa. tem em mãos, para que, no próximo dia 17, esta Casa de Leis se engalane em uma Sessão Solene, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil — Seção do Paraná — para prestar uma homenagem à classe dos advogados. Sem que isso preterida ser um desprestígio com um desprimor às outras profissões tão nobres e tão dignas que fazem, na sociedade atual, a evolução do mundo moderno. Entretanto, entendemos, que pela sua importância contemporânea, pela sua importância social, pela sua importância até em termos de desenvolvimento material, o advogado está a merecer neste Estado, neste País e em todo o Mundo uma palavra de destaque, uma palavra de valorização, de incentivo, para que as lutas continuem, para que a causa do Direito continue a ser defendida e para que o obscuro advogado do foro do Interior, das mais humildes comarcas que imete um mandato de segurança para defender um direito líquido e certo, saiba que está agindo não apenas em benefício do seu cliente, mas em benefício do seu direito pessoal. Mas está com aquele mandato de segurança defendendo uma causa, a causa da Justiça, a causa do direito. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 31 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 120-71, de autoria do Dep. Wilson Brandão que autoriza o Poder Executivo, asfaltar a estrada que liga a sede do Município de Dr. Camargo à Rodovia Maringá-Umuarama, através do Convênio a ser firmado entre o D.E.R., e o Executivo Municipal de Dr. Camargo. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado.

2a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 160-71, de autoria dos Deputados Basílio Zanusso e Ovídio Franzoni, que autoriza o Poder Executivo trans. ferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga Nova Esperança a Cianorte, passando por Florai, São Carlos do Ivaí, Japurá e São Tomé. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado, artigo por artigo.

2a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 20-72, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n.º 118-72, aprova em todos os seus termos o Convênio celebrado a 15.2.71, entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, objetivando execução dos serviços de construção, melhoramento, pavimentação e conservação da estrada PR.54, trecho Guaratuba — BR.468 (Garuva — Santa Catarina — sub-trecho Garuva). Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Em regime de urgência. Aprovado, artigo por artigo.

1a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 182-71, de autoria do Dep. Fabiano Braga Cortes, que autoriza o Poder Executivo considerar de utilidade pública, a Associação Paranaense de Assistência ao Paraplégico. Parecer favorável da C.C.J. — Com Substitutivo. Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 182-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a considerar de Utilidade

Pública a Associação Paranaense de Assistência ao Paraplégico.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga das as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em ... de agosto de 1971

(a) Dep. Fabiano Braga Cortes

JUSTIFICATIVA:

A Associação Paranaense de Assistência ao Paraplégico. A.P.A.P. — Fundada em 25 de fevereiro de 1970, é uma sociedade civil com personalidade jurídica, composta de pessoas de qualquer nacionalidade, e que tem por finalidade precípua proporcionar integral assistência médica, pedagógica e social ao paraplégico, usando de todos meios possíveis para a recuperação física do paraplégico, a fim de dar-lhe condições de trabalho.

Objetiva ainda a A.P.A.P. desenvolver campanhas de propaganda, visando esclarecer a opinião pública sobre a reabilitação do paraplégico, para que o mesmo possa desfrutar de um lugar na sociedade.

Estamos certos que o presente plano de lei, receberá a opoio e a aprovação de nossos Pares desta Casa Legislativa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 182.71

AUTOR: — Dep. Fabiano Braga Cortes

SÚMULA: — Declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Assistência ao Paraplégico, na forma e como especifica.

PARECER

1) A iniciativa ora em exame foi elaborada atendendo o que dispõe o art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno, vez que vem articulada e justificada.

2) A entidade que ora se pretende declarar de Utilidade Pública atende os requisitos reclamados em lei, porque: 1) está em funcionamento há mais de um (1) ano; 2) seus dirigentes não percebem qualquer forma ou tipo de remuneração, assim como não são distribuídos lucros aos seus associados; 3) tem seu estatuto social perfeitamente legalizado junto ao cartório de Registro das Pessoas Jurídicas competente; e, 4) presta serviços à coletividade, de forma desinteressada. Por outro lado, referida Proposição não se choca com qualquer disposição constitucional.

Quanto a sua oportunidade, nada temos a contestar.

3) Assim, pois, opinamos pela aprovação da medida proposta, obedecendo, porém, o substitutivo anexo, para atender a melhor técnica legislativa. É o parecer.

Sala das Comissões, em ...

(aa.) Wilson Brandão — Presidente

Sebastião R. Júnior — Relator

Igo Losso

Arthur de Souza

Muggiati Filho

Gilberto Carvalho

SUBSTITUTIVO GERAL

AO PROJETO DE LEI N.º 182.71

SÚMULA: — Declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Assistência ao Paraplégico, na forma e como especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Assistência ao Paraplégico, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em ...

(aa.) Wilson Brandão — Presidente

Sebastião R. Júnior — Relator

Muggiati Filho

Arthur de Souza

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 190.71, de autoria do Dep. Maurício Fruet, que disciplina financiamentos para construção ou ampliação de indústrias que possam provocar poluição do ar, água ou solo, se o referido financiamento, for concedido por órgão de economia mista em que o Estado seja majoritário. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 190.71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Os órgãos, estaduais, autarquias e companhias de economia mista em que o Estado seja majoritário, somente concederão financiamentos para construção ou ampliação de indústrias que possa provocar poluição do ar, água ou solo, se no projeto das mesmas estiverem previstas construções de tanque de recuperação dos detritos que poderiam provocar a referida poluição.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1971.

(a) Maurício Fruet — Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA:

Um dos maiores problemas defrontados pelos órgãos sanitários do Estado, se refere à poluição de águas dos rios.

A esse respeito, o Código de Pesca (art. 37 Lei n.º 221) estabelece que:

“Os afluentes das redes de esgotos e os resíduos líquidos ou sólidos das indústrias somente poderão ser lançado às águas, quando não as tornarem poluídas”.

§ 1.º — Considera-se poluição qualquer alteração das propriedades físicas, químicas ou biológicas, das águas, que possa constituir prejuízo, direta ou indiretamente, à fauna e à flora aquática

§ 2.º — Cabe aos Governos estaduais verificação da poluição e a tomada de providência para coibi-las.

§ 3.º — O Governo Federal supervisionará o cumprimento do disposto no parágrafo anterior.

Sobre a poluição dos rios paranaenses o Instituto de Defesa do Patrimônio Natural da Secretaria da Agricultura o confirma, afirmando que não há como negar a contaminação de alguns cursos d'água. Pesquisando alguns deles, com a coleta de material, o I.D.P.N. porém não conseguiu laboratório oficial em condições de determinar a existência e índices de elementos tóxicos, assim como seus efeitos sobre a fauna e flora aquáticas.

Uma campanha contra a poluição dos rios e riachos já consta da programação a ser cumprida por aquele órgão, mas que para isso necessita contar com recursos para aquisição de equipamentos portáteis e de laboratórios para tal fim, assim como proceder o treinamento de pessoal para desempenhar os trabalhos de pesquisa.

Entretanto, a medida que nos parece mais objetiva e que poderá proporcionar resultados práticos e imediatos, seria a de uma lei estadual que obrigue as empresas a construírem sistema de tratamento de águas utilizadas ou de retenção de resíduos tóxicos, aliás, com o estabelecido no citado art. 37 da Lei Federal n.º 221, de 28.2.71.

Essa iniciativa que apresentamos à consideração de nossos pares vem, por outro lado, de encontro à conclusão em que chegou a PLANEPAE LTDA., em seu estudo sobre as medidas que poderiam ser tomadas pelo Governo para o controle de poluição dos rios, principalmente da Bacia do Rio Iguaçu. Aquele órgão de planejamento sócio-econômico do Estado disse, no seu trabalho, que um programa de Prevenção, Controle e Combate à poluição das águas não se obteria a curto prazo. Mas, assim, com o levantamento das condições sanitárias das bacias hidrográficas do Estado (levantamento, mapeamento, descargas mínimas e máximas, pontos de poluição etc.) e os meios legais para combater essa anomalia.

Em sendo uma medida persuasória, o projeto acima tem um largo alcance social, que poderá minimizar os efeitos daninhos de poluição.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei N.º 190.71

De autoria do nobre Deputado Maurício Fruet, o Projeto estabelece condições para os órgãos da administração direta e indireta concederem financiamentos para construção ou ampliação de indústrias, consistentes na existência da edificação de tanques de tratamento de detritos nocivos à fauna e flora aquáticas.

A iniciativa tem conforto no disposto no § 2), do art. 37, da Lei n.º 221 (Código de Pesca), cuja redação não permite prosperar qualquer outro entendimento.

Por outro lado, a medida tem profundo sentido social e se afina com o clamor dos cientistas e especialistas, que vem na incúria predatória dos mananciais e fontes da vida orgânica um sério risco à sobrevivência da humanidade.

Tais motivos reclamam um parecer favorável.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1971.

(aa.) Wilson Brandão — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

Arthur de Souza

Sebastião R. Júnior

Muggiati Filho

Armando Queiroz

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Fatuch. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielise Crisostomo, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 192-71. Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Aglair Agibert Klippel. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do 69.º aniversário de organização eclesial da Igreja Presbiteriana do Brasil. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Cândido Martins de Oliveira, constante do Expediente, solicitando seja realizada uma Sessão Solene desta Casa, no dia 17 do corrente mês, em comemoração à instalação dos Cursos Jurídicos em nosso País. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet constante do Expediente, solicitando voto de aplauso à programação da TV Iguaçu canal 4. Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 8, terça-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 160.71 e 20.72.

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 182.71 e 190.71.

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 192.71 — 204.72 e 213.71.

Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

7.a LEGISLATURA

2.a SESSÃO LEGISLATIVA

Ata da 10.a Reunião Ordinária

Aos vinte e oito dias do mês de junho, do ano de hum mil novecentos e setenta e dois, às dezesseis horas e vinte minutos, após o término da Sessão Plenária, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Armando Queiroz, e presentes os Senhores Deputados Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Ovidio Franzoni, Maurício Fruet, Sartos Lima, Luiz Roberto Soares, Paulo Camargo e Igo Losso. O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, sendo lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Constatou da Hora do Expediente o Ofício n.º 136.72, da Primeira Secretaria desta Assembléia, no qual solicita, parecer desta Comissão, no que se refere ao pagamento da ajuda de custo aos Senhores deputados pela desconvoação do próximo mês. O expediente após lido, é distribuído ao Senhor Deputado Luiz Roberto Soares para emitir parecer. Passou-se à Ordem do Dia: 1) — PROJETO DE LEI N.º 24-72, de autoria do

Senhor Deputado Álvaro Dias. Declara de utilidade pública a Liga Regional de Futebol da cidade de Londrina. Relator Deputado Ovídio Franzoni. Parecer: favorável tendo em vista o atendimento feito à diligência solicitada. Aprovado. 2) — **PROJETO DE LEI N.º 32-72**, de autoria do Senhor Deputado Arizone Araújo. Declara de utilidade pública a Associação Lar de Meninas da cidade de Francisco Beltrão. Relator Deputado Ovídio Franzoni. Parecer: favorável face a diligência haver sido atendida. Aprovado. — 3) — **PROJETO DE LEI N.º 62-72**, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 17-72, solicitando autorização para doar à União — Ministério da Marinha, o terreno que especifica, situado na cidade de Paranaguá. Relator Deputado Luiz Roberto Soares. Parecer: favorável. Aprovado. 4) — **PROJETO DE LEI N.º 63-72**, de autoria do Senhor Deputado Nelson Buffara. Autoriza o Poder Executivo, através do DER, isentar do pagamento da taxa de utilização do Ferry Boat, que liga os Municípios de Matinhos e Guaratuba, o veículo de professor em estabelecimento público quando em trânsito ou para o local de trabalho, e dá outras providências. Relator Deputado Ovídio Franzoni. O Senhor Deputado Maurício Fruet solicita vista do processo. Deferido. 5) — **PROJETO DE LEI N.º 64-72**, de autoria do Senhor Deputado Quilse Crisóstomo da Silva. Autoriza o Poder Executivo proceder asfaltamento da rodovia que liga a BR-16 à Colônia Faria, Município de Colombo, e desta à localidade de Guaratuba na BR-476. Relator Deputado Igo Losso. Parecer: favorável. Aprovado. 6) — **PROJETO DE LEI N.º 68-72**, de autoria do Senhor Deputado João Mansur. Assegura benefícios que especifica, aos dependentes do Servidor Policial Civil ou Militar do Paraná, quando falecido em consequência de agressão sofrida do desempenho de função policial ou de segurança. Relator Deputado Igo Losso. Parecer: favorável. Aprovado. 7) — **PROJETO DE LEI N.º 69-72**, de autoria do Senhor Deputado Arthur de Souza. Autoriza o Poder Executivo denominar Colégio Comercial Estadual Morillo Cremasco, o atual Colégio Comercial Estadual de Guaraci. Relator Deputado Ovídio Franzoni. Parecer: favorável. Aprovado. 8) — **PROJETO DE LEI N.º 71-72**, de autoria do Senhor Deputado Cândido Manoel Martins de Oliveira. Concede título de cidadã benemerita do Paraná, à Senhora Dalila de Castro Lacerda. Relator Deputado Luiz Roberto Soares. Parecer: favorável. Aprovado. 9) — **PROJETO DE LEI N.º 74-72**, de autoria do Senhor Deputado: Emílio Carazzai. Eleva para um terço dos vencimentos de Secretário de Estado, a pensão mensal concedida a Sylvia Braga Munhoz da Rocha, viúva de ex-Governador Caetano Munhoz da Rocha. Relator Deputado Luiz Roberto Soares. Parecer: favorável. Aprovado. 10) — **PROJETO DE LEI N.º 77-72**, de autoria do Senhor Deputado Fabiano Braga Cortes. Autoriza o Poder Executivo através do DER, firmar convenio com o Município de Cambira, para execução dos serviços de asfaltamento da estrada que liga a sede do referido Município à BR-276, Rodovia do Café. Relator Deputado Igo Losso. Parecer: favorável. Aprovado. 11) — **PROJETO DE LEI N.º 78-72**, de autoria do Senhor Deputado Cândido Manoel de Oliveira. Autoriza o Poder Executivo conceder pensão

mensal de Cr\$ 100,00, à Irahide França Assad, viúva de ex-Delegado de Polícia. Relator Deputado Igo Losso. Parecer: favorável. Aprovado. 12) — **PROJETO DE LEI N.º 79-72**, de autoria do Senhor Deputado João Fadel. Autoriza o Poder Executivo criar uma Empresa Pública de Economia Mista, denominada, Companhia de Desenvolvimento do Vale do Iguaçu, e dá outras providências. Relator Deputado Ovídio Franzoni. Parecer: favorável. Aprovado. 13) — **PROJETO DE LEI N.º 89-72**, de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes. Autoriza o Poder Executivo criar um Curso Científico, no Ginásio Estadual do Município de Santa Izabel do Ivaí, para funcionar no próximo ano letivo. Relator Deputado Igo Losso. Parecer: favorável. Aprovado. Voto vencido do Senhor Deputado Ovídio Franzoni. 14) — **PROJETO DE LEI N.º 92-72**, de autoria do Senhor Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Relator, digo, Autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual Agrícola, no Município de Salto do Lontra, para funcionar no próximo ano letivo, e dá outras providências. Relator Deputado Ovídio Franzoni. O Senhor Deputado Luiz Roberto Soares solicita vista do processo. Deferido. 15) — **PROPOSIÇÃO N.º 118-72**, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 22-72, encaminhando cópia autêntica do convenio celebrado em 15.2.71, entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, objetivando execução dos serviços de construção, melhoramentos, pavimentação e conservação da estrada que liga Guaratuba à Garuva. Relator Deputado Luis Roberto Soares. Parecer favorável com o respectivo Projeto de Resolução. Aprovado. 16) — **PROPOSIÇÃO N.º 124-72**, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 27-72, encaminhando cópia autêntica do convenio celebrado em 3.12.71, entre o IPASE e o IPE, visando atendimento aos Servidores lotados na cidade de Londrina. Relator Deputado Santos Lima. Parecer: favorável com o respectivo Projeto de Resolução. Aprovado. Foram apresentados, votados e aprovados os relatórios apostos às Proposições n.ºs 119-72 e 123-72, todos concluindo que os vetos estão em condições de serem apreciados pelo Plenário. O Senhor Deputado Luiz Roberto Soares solicita a palavra para ler seu parecer ao Ofício n.º 136-72. Parecer favorável, considerando que a desconvocação é determinante da própria Constituição. Em discussão. O Senhor Deputado Santos Lima solicita a palavra para discutir, dando pleno apoio ao parecer emitido pelo Senhor Relator, e esclarece ainda que o artigo 200, da Constituição Estadual preve a desconvocação. Em virtude da desconvocação decorrer de imperativo constitucional, seu parecer é favorável ao pagamento da "ajuda de custo", durante o recesso previsto para o mês de julho. Aprovado o parecer. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada por todos os Membros desta Comissão, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Armando Queiroz, e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária desta Comissão.

(aa) Deputado Armando Queiroz — Presidente
Rita Celestino Soares — Secretária